



ESPORTE E POLÍTICA PÚBLICA: O CASO DO SEGUNDO TEMPO EM CAMPINAS

Paulo Cezar Nunes Junior

Universidade Federal de Itajubá – Brasil

Silvia Cristina Franco Amaral

Universidade Estadual de Campinas – Brasil

Resumo: Este trabalho tem por objetivo discutir a política pública recente de esporte, desenvolvida pela Secretaria Municipal de Cultura Esporte e Lazer da cidade de Campinas, especialmente pela análise do programa Segundo Tempo, projeto ministerial para a democratização da prática esportiva. Foi utilizada a análise documental juntamente com observações e entrevistas, durante a investigação. Como suporte teórico, o trabalho tece uma discussão referente à gênese e função do esporte na sociedade contemporânea e dialoga com as contradições, com os limites e avanços do Segundo Tempo enquanto política pública de esporte.

Palavras-chave: esporte; política social; educação física.

INTRODUÇÃO

É inegável que o diálogo entre o esporte e as políticas públicas deve ser tomado como conteúdo básico de estudo da área da Educação Física, principalmente se levarmos em consideração as dimensões que o campo de estudos assumiu hoje. Arelado à gestão do Estado ou aos domínios da organização civil, ele conduz as decisões e os rumos dos mais diversos segmentos da sociedade.

Tendo como mote a organização das políticas públicas recentes de esporte da Prefeitura Municipal de Campinas (SP), especialmente a execução do projeto Segundo Tempo no ano de 2006, pretendemos propor reflexões sobre o tema, a partir de três grandes objetivos:

- I. Discutir a questão da participação na formulação de políticas públicas e debater a significação do papel político de diferentes agentes no tocante à formulação e implementação de políticas de esporte;

2. Refletir sobre a tensão entre os sujeitos e as instituições na luta pelo poder dentro do campo esportivo e do campo político pelo referencial bibliográfico de Bourdieu (1998) e Elias e Dunning (1992);
3. Provocar reflexões sobre o modo como funciona, hoje, o sistema esportivo, amparado pelas políticas públicas e tensionado por diferentes interesses.

METODOLOGIA

Para a realização deste estudo tomamos como objeto de análise a formulação e a materialização do referido projeto por meio de entrevista semiestruturada, análise documental e observação direta. Dos 75 núcleos previstos inicialmente para a implementação do Segundo Tempo, em Campinas, procuramos ater nosso foco de análise em dois deles, de modo a evidenciar possíveis contrastes e similitudes com relação ao projeto e expectativas iniciais.

As entrevistas semiestruturadas foram realizadas por meio de monitores do projeto Segundo Tempo com os núcleos (entrevistados A e B) e gestores da rede pública municipal (entrevistados C e D). A análise documental foi feita fundamentalmente em cima de textos e leis referentes ao projeto Segundo Tempo tanto em âmbito ministerial quanto em municipal. A observação direta ocorreu nos dois núcleos escolhidos para a pesquisa no período de seis meses, além de acompanhar reuniões e espaços de discussão da gestão do projeto em Campinas.

A escolha dos núcleos foi realizada buscando-se abranger duas realidades sociais distintas. Foram eleitos o Núcleo Real Parque e o Núcleo Parque Santa Bárbara, uma vez que apresentavam entre si várias diferenças significativas. O Núcleo Real Parque encontra-se em uma área vulnerável e com vários problemas de infraestrutura básica, enquanto o Núcleo Santa Bárbara está localizado em uma região de menor vulnerabilidade social. Além da observação em cada um destes dois núcleos, foram consultados diversos documentos relativos à gestão do Programa Segundo Tempo em Campinas. Fizemos também entrevistas com sujeitos envolvidos no processo, as quais auxiliaram a elucidação das ideias e a construção das considerações que serão apresentadas nas páginas seguintes.

INSTITUCIONALIZAÇÃO E HABITUS: CONTRIBUIÇÕES A PARTIR DA LEITURA DE BOURDIEU E ELIAS E DUNNING

Combinado com inúmeros adjetivos é possível perceber hoje o esporte sendo institucionalizado pelas políticas públicas nacionais e implementado dentro de suas possibilidades de ressignificação, como o esporte democrático e gerador de inclusão

social. Para entendê-lo, é preciso que haja um resgate de sua função primordial, enquanto conjunto de elementos que decodifica e estabelece intenção ao gesto.

Elias e Dunning (1992), em seus estudos sobre a gênese do esporte, defendem que na dinâmica de evolução das sociedades avança de acordo com a organização social e o controle dos meios de violência específicos dos Estados-nação, ou seja: as configurações sociais são estabelecidas e controladas por mecanismos de influência do Estado, das instituições e das normas, que indicam regras de conduta e padrões a serem seguidos. Essas formas de dominação agem também sobre os corpos, ditando padrões de como se movimentar e quais são as atividades físicas a serem praticadas, colocadas em circulação por instituições, como a mídia, a família e o Estado, por meio de seus discursos sobre o corpo.

Por estarmos dentro desse embate de forças e ideologicamente comprometidos com elas, avaliamos as transgressões e os gestos não esperados de maneira automática, partindo dos padrões escolhidos com poucas chances de questioná-los. Esse mecanismo tem como função garantir uma posição de poder com o propósito de “proteger e fortalecer as nossas defesas, sob uma grande variedade de formas, contra pequenas faltas” (ELIAS; DUNNING, 1992, p. 197).

No sentido de avaliar a participação do esporte nessa dinâmica é que justica pensar o papel das políticas públicas como forças que de alguma maneira influenciarão modos de movimentar corpos, ao lançarem mão de projetos de ação para a sua institucionalização. Isto é feito silenciando ou possibilitando canais de circulação de padrões motores, modelos de corpo e possibilidades de práticas corporais, cujo conteúdo é preenchido pelas modalidades tidas como universais e imprescindíveis para o contato direto com o modelo de esporte vigente.

Ao se tratar do esporte como objeto de estudo pelo viés da sociologia, é inevitável estabelecer considerações a respeito de sua gênese e afirmação como prática física ao longo dos últimos séculos. Porém, longe de levantar dados ou teses acerca de seu processo histórico, julgamos pertinente suscitar aqui apenas alguns apontamentos com relação à institucionalização dessa prática, com a finalidade de provocar reflexões sobre o modo como funciona hoje o sistema esportivo, amparado ou não pelas políticas públicas.

O contexto da industrialização inglesa fomentou princípios de produção e planificação fabril que dá ao esporte premissas básicas de sua constituição: autoridade – o modelo esportivo é legítimo, cabendo aos praticantes se submeterem às regras impostas pelo sistema, justificável por seus objetivos; disciplina – o treinamento periódico e a dedicação conduzirão os atletas aos fins desejados, com promessa de glória e reconhecimento; aperfeiçoamento – o rendimento é o centro de gravidade e o motor do sistema esportivo; organização – a ordem é premissa básica

para que possa ocorrer a organização da sociedade, pelo esporte; burocracia – aos moldes de um modelo de sistema hierárquico, o esporte é dotado de leis e princípios de mobilidade que antecedem o dom e o sucesso fácil; racionalidade instrumental – o esporte como mecanismo eficaz de distração das massas e meio de desviar os homens de uma participação política consciente; e concorrência – para que o modelo funcione, deve ter como objetivo designar o melhor concorrente ou registrar o melhor desempenho (ELIAS; DUNNING, 1992).

Por essas características, o esporte apoia os pressupostos básicos do capitalismo industrial, servindo como elo de adaptação para a vida moderna, na qual há uma ênfase exagerada na realização pessoal, na vitória pelo mérito individual. Ampliando esse novo modelo de gestos técnicos, podemos afirmar que o esporte se afastou da relação com o universo lúdico do jogo, produzindo em contrapartida novos significados para as práticas corporais. Desse modo, o esporte moderno surge como prática de elite, que, pouco a pouco, foi construído a partir de regras e valores, sendo tomado como meio para diversas instituições atuarem sobre a dinâmica social.

Remetendo à teoria do sociólogo francês Pierre Bourdieu (1998), na qual a sociedade está dividida em campos: cultural, político, econômico, erudito, esportivo entre outros, é possível esclarecer a importância que o esporte adquire atualmente, por se tratar de um campo na briga pelo poder com os demais campos. Essa tensão é que sustenta os conflitos sociais, nos quais a intenção é, antes de estabelecer a lei da legitimidade, ditar as normas da conduta social, obter o poder sobre outro campo.

Bourdieu (1998) interessa-se principalmente pela relação entre cultura, dominação e desigualdades sociais. Pelo seu olhar, a cultura não é uma esfera inocente e, sim, um importante meio para a reprodução da estrutura de classes. O esporte moderno surge nesse sentido, ao lado da luta de classes econômicas, aludindo a uma luta simbólica de classes, a qual irá se estabelecer sob valores corretos, padrões legítimos, práticas esportivas próprias, sobre os estilos de vida distintos de classe.

No desenvolvimento de seus estudos, Bourdieu cria ainda o conceito de *habitus*, tratando-o como um sistema de disposições que atua no cotidiano como esquemas de pensamento, percepção, avaliação e julgamento, fazendo a mediação entre estrutura e práxis. Pelo *habitus*, cria-se o gosto por determinados estilos de classe, que ditarão maneiras sociais de portar-se esportivamente pela garantia do *status* e do sucesso. Por esse mecanismo, fica mais claro entender por que o esporte é uma instância tão visada por algumas instituições, uma vez que permite às classes privilegiadas manter o capital político, por meio da promoção e do controle da indústria esportiva ou estatal, segundo as funções e características do esporte. Seus agentes manifestam-se de acordo com uma posição de poder, pois podem transformar o capital cultural (BOURDIEU, 1998) obtido na administração esportiva em poder

político, atuando na dinâmica de outros setores sociais com fim a dominar outros campos no conflito entre classes.

Uma instituição serve como um propulsor de uma ação unilateral estabilizada, traz o homem para uma forma específica e não para quaisquer formas de ação. Na instituição esportiva isso não é diferente: ela fornece uma forma de satisfazer necessidades ligadas ao movimento. O esporte fornece uma fórmula de contingência que reduz a complexidade do meio-ambiente em termos de possibilidade de oferta de movimento (BRACHT, 2003, p. 93).

Assim, é possível dizer que a lógica do campo cultural do esporte opera de tal forma que reproduz, de maneira inevitável, as relações sociais dominantes. Isso nos leva a entender que o esporte deve ser avaliado em sua função e atuação social, por meio dos discursos das instituições que o incorporaram e que hoje o legitimam. A escola e o Estado, por exemplo, têm a função de agenciar os interesses sociais na tensão entre a dinâmica das forças no conflito social. Organizando seus interesses de modo objetivo e eficaz, segundo Bourdieu (1998), cada uma dessas instituições defende seus interesses e almeja a vitórias nessa relação. Por isso, o Segundo Tempo é um objeto de estudo rico e necessário para a temática: na medida em que é ponto de intersecção entre a escola e o Estado, pode revelar-nos pontos de vista interessantes para a discussão sobre esporte e política pública entre essas instituições.

PELAS VEREDAS DO SEGUNDO TEMPO

É possível tecer algumas considerações com os dados levantados na análise documental do Segundo Tempo (seu projeto teórico) e confrontá-lo com os dados de campo desta investigação. Por meio da triangulação dos dados, o objetivo foi trabalhar o material empírico de modo a dialogar com o referencial teórico apresentado neste artigo.

Conforme texto divulgado pelo Ministério do Esporte, o Segundo Tempo tem por objetivo democratizar o acesso à prática esportiva de crianças e adolescentes matriculados em escolas públicas de todo o Brasil. Foi institucionalizado pela portaria número 32, de 17 de março de 2005, a qual o implementou:

Art. 2º O “Programa Segundo Tempo” tem por objetivo:

I Propiciar contato com a prática esportiva;

II Desenvolver capacidades e habilidades motoras;

III Qualificar os recursos humanos profissionais envolvidos;

IV Contribuir para a diminuição da exposição a situações de risco social;

V Implementar indicadores de acompanhamento e avaliação do esporte educacional no País (BRASIL, 2005, p. 57).

Além destes objetivos, segundo o discurso dos gestores do projeto em Campinas é possível afirmar que o projeto também tem por intenção “colaborar com a inclusão social, bem-estar físico, promoção de saúde e desenvolvimento intelectual das crianças e adolescentes que se encontram em situação de vulnerabilidade social” (entrevistado C). Tais objetivos espelham uma função importante atribuída ao esporte, qual seja, a de colaborar contra as instabilidades sociais por meio do desenvolvimento físico e do gesto disciplinado (ELIAS; DUNNING, 1992).

Entendemos que o Esporte e o Lazer ocupam papel de fundamental importância para os seres humanos. Sabe-se que o Esporte e o Lazer são fundamentais para a manutenção e preservação da saúde física e mental dos indivíduos, mas não devemos esquecer o papel fundamental que estes aspectos da existência humana representam para a inclusão social (CAMPINAS, 2005, p. 2).

Este é o texto da epígrafe que abre o caderno de políticas de esporte da Prefeitura de Campinas, assinado na época pelo prefeito municipal, pelo secretário de Esporte, Cultura e Lazer e pela diretora de Esportes da gestão na ocasião da pesquisa de campo. Julgamos que este documento é de fundamental importância para o entendimento das diretrizes municipais de esporte, visto que congrega, em um conjunto de 66 artigos, distribuídos em três leis, toda a discussão feita, em âmbito municipal, acerca dos modelos de esporte a serem apoiados pela administração pública do município, de modo a buscar um equilíbrio entre esporte-participação (ou esporte social) esporte profissional e lazer.

De acordo com as diretrizes políticas da gestão é que a Prefeitura Municipal de Campinas incorporou o Segundo Tempo entre suas políticas públicas, entre outros motivos, a fim de consolidar o uso do ambiente escolar e dos centros comunitários como núcleos da prática esportiva e de lazer voltados, sobretudo, para a democratização dessas práticas. Nas entrevistas realizadas, os gestores municipais de esporte reiteraram o papel da prefeitura como órgão de atendimento à população, tendo como função básica fomentar o esporte e oportunizar o acesso da população a esta prática, daí a aposta na divulgação do Segundo Tempo.

As atividades práticas ocorreriam em 75 núcleos do município, distribuídos em 43 pontos da cidade. Alguns desses núcleos seriam agregados às praças de esportes municipais. Porém, a maioria deles funcionaria em regiões com pouco ou nenhum equipamento público, prevendo uma expectativa de atendimento de, pelo menos, 7,5 mil crianças e adolescentes. Conforme apontado anteriormente, a escolha dos dois núcleos a serem observados ocorreu mediante suas especificidades. A ausência de equipamentos públicos de esporte e lazer no Real Parque, para a realização do Segundo Tempo, dificultou o andamento dos encontros: as práticas foram realizadas

em um espaço improvisado junto a um campo de futebol. Um ponto negativo, levantado pela estagiária, gira em torno da falta de infraestrutura do espaço: “é muito aberto, há vários focos de perda de atenção” (entrevistada A). No Parque Santa Bárbara os recursos físicos eram melhores: no centro comunitário onde o projeto era realizado havia uma quadra, um *playground* e um espaço coberto para atividades do bairro. Um importante elemento de caracterização desse núcleo é a baixa participação popular: os moradores com maior poder aquisitivo preferem usufruir os clubes privados de outras regiões da cidade (dados de observação), deixando de agregar valor ao seu próprio local.

Com relação à funcionalidade do projeto, as atividades caracterizaram-se pelo acesso a diferentes modalidades esportivas, principalmente àquelas mais recorrentes na mídia e na sociedade, como o basquetebol, o voleibol, o futebol e o handebol, além de modalidades individuais, como o tênis e o atletismo (dados das observações), com encontros tanto em espaços físicos escolares como em espaços físicos não escolares. Dependendo do local de implantação, as atividades ocorriam três vezes por semana, com duração de 60 a 90 minutos.

No que diz respeito aos recursos humanos, o projeto inicial envolveria três categorias: coordenadores gerais (gestores da prefeitura municipal) e coordenadores de núcleo (docentes) – com formação em Educação Física ou Educação; além de monitores (estagiários), alunos de graduação em Educação Física. Em Campinas a medida encontrada para a contratação de profissionais para o projeto foi uma seleção de estagiários, por concurso público, com vigência de um ano. O trabalho desses estagiários seria desenvolvido no projeto Segundo Tempo, em atividades a serem realizadas nas praças públicas da cidade. Os gestores seriam funcionários públicos contratados pela prefeitura. Ocorreu que, na ocasião da implantação do projeto nos núcleos, na maioria dos casos, a figura do coordenador não existiu, segundo relatos dos estagiários em uma reunião de gestão (dados de observação).

O primeiro contato dos estagiários com os núcleos aconteceu no mês de março, segundo eles, sem o devido apoio da prefeitura. “Apresentaram-nos aos agentes comunitários e, a partir de então, começamos a atuar junto ao núcleo” (entrevistado A). O relato de dúvidas e os relatórios de trabalho a serem feitos pelos estagiários seriam levados para as reuniões mensais, nas quais seriam exigidas a frequência, a lista de nomes dos participantes e a relação de atividades desenvolvidas durante o mês de trabalho. Contudo, essas reuniões, na maioria das vezes, trataram de assuntos pragmáticos, com característica funcional: convocar estagiários para eventos da prefeitura, advertir maus comportamentos, resolver problemas com horários etc. (dados de observação). A questão da discussão do aspecto pedagógico e da função do esporte enquanto prática transformadora dos locais onde estavam localizados os núcleos não era devidamente considerada.

Por parte da coordenação do projeto, os gestores apontaram que as ações da Secretaria Municipal de Esporte, Cultura e Lazer foram otimizadas durante a referida gestão. Afirmaram que a ausência da disputa partidária dentro da prefeitura auxiliava no processo, “o trabalho é conjunto e acontece sob os princípios do funcionalismo público” (entrevistado D). Em contrapartida, um dos grandes problemas avaliados pelos coordenadores foi a opção pessoal de cada integrante ao comprometimento com o setor público, que destoava em suas intenções pessoais de participação no projeto, comprometendo sua execução. Segundo uma das gestoras, “há vários estagiários que não atuam de forma satisfatória na execução do projeto, falta de ética profissional” (entrevistado C). No decorrer do ano, esse quadro gerou uma série de rescisões de contratos de estágio, tanto por iniciativa da prefeitura quanto por iniciativa dos próprios estagiários, que preferiram abandonar o projeto pelas falhas observadas e pela falta de dedicação à causa proposta. A falta de uma avaliação processual do projeto deixou marcas durante todo o tempo sobre o modo como as ações aconteciam. O diálogo com a comunidade não obteve o respaldo desejado, tanto no nível dos gestores quanto no nível dos estagiários. A reunião mensal dos estagiários, que poderia ser um espaço para troca de conhecimento e capacitação, se transformou em um espaço de soluções burocráticas e paliativas. De acordo com a nossa análise, foi notória a necessidade de uma avaliação ampla da implantação do programa, frente aos inúmeros parâmetros e pontos levantados.

O Segundo Tempo e grande parte dos projetos de política pública nacional endossam o distanciamento existente entre o modelo ideal de Estado e o modelo real. Esta é uma questão que, embora incômoda, pode ser explicada pela ação pessoal de cada um segundo o sentido das forças que busca traçar na tensão entre os campos, de acordo com a lei da legitimidade (BOURDIEU, 1998). Essa ideia ganha sentido quando nos remetemos ao conceito de Azevedo (2001) sobre o *sistema de filtros*, o qual prevê que a intenção e a ação políticas esbarram nos interesses pessoais de cada um que as executa. Desse modo, o sujeito envolvido na execução da política tem o poder de aproximar ou distanciar a implementação da política de seu sentido original.

Ministros, secretários, prefeitos, diretores, gestores, estagiários, crianças e comunidade são alguns dos possíveis personagens que estão envolvidos nesse sistema de filtros, desde sua formulação até a aplicação prática da política pública. Nesse movimento existe uma série de interesses envolvidos, que podem dificultar ou facilitar o alcance dos objetivos previstos inicialmente. Dentro desse quadro, há um conjunto de possibilidades de relações a ações que o materializam de determinada maneira, apontando caminhos e estabelecendo resultados a partir de leis, de projetos, de acordos, de acontecimentos cotidianos que, reunidos e analisados dentro de um processo mais amplo, têm muito a dialogar com a dimensão política do projeto.

Outra característica do Segundo Tempo é a possibilidade de formação de parcerias com outros órgãos, inclusive privados. No caso de Campinas, além dos investimentos do Ministério do Esporte, os núcleos foram mantidos com recursos da Federação das Associações Comunitárias do Estado de São Paulo (Facesp) e da prefeitura municipal. Fundamental para o entendimento da materialização do Segundo Tempo, na cidade de Campinas, é entender a divisão que ocorreu no seu sistema de gestão, polarizando, de um lado, a prefeitura municipal e, de outro, a Facesp. A implantação do projeto no município foi possível graças a um acordo firmado entre as duas instituições, em 2005. Essa ação foi necessária para facilitar a captação de recursos com o Ministério do Esporte. Além disso, existiam diferenças entre os estatutos do ministério e da prefeitura municipal que tornariam inviável a realização do projeto Segundo Tempo nos moldes pensados para o município de Campinas. Como exemplo, citamos as normas quanto à contratação de estagiários: o estatuto ministerial estabelecia uma quantia máxima de remuneração aos estagiários que estaria muito aquém daquela proposta pela prefeitura na abertura do edital da seleção.

A gestão do Segundo Tempo acontece em duas instâncias: a cargo da prefeitura municipal ficaram delegadas as responsabilidades com os aspectos burocráticos do projeto (contratação, recursos técnicos, diálogo com os estagiários e o monitoramento destes). Já a Facesp ficou responsável pelo manejo dos recursos financeiros, fazer os lanches e cuidar da entrega de camisetas nos núcleos, além de supervisionar o trabalho dos agentes comunitários e assessorar suas reuniões. De modo geral, é possível dizer que a prefeitura ficou responsável pelo trabalho de gestão municipal do Segundo Tempo, enquanto a Facesp se responsabilizou pela gestão do trabalho local com os núcleos.

POLÍTICA MUNICIPAL E TENSÃO DAS FORÇAS

Ao narrar a tomada do esporte pelas instituições na modernidade, Bracht (2003) sugere que, nessa relação, ocorre um entrecruzamento de instâncias de interesses de uma dada formação social, no qual se encontram vários níveis: econômico, político, ideológico, cultural. Esses níveis variam em sua dominação, de acordo com as diferentes vertentes que o esporte assumiu nessa trajetória: esporte profissional (prevalcimento do nível econômico) e esporte escolar/participativo (prevalcimento do nível pedagógico), por exemplo, é que irão constituir a característica e a função da prática esportiva.

É recorrente nos planos de governo e diretrizes políticas na área a adjetivação do esporte segundo as vertentes a que eles se dirigem: na Secretaria Municipal de Cultura Esporte e Lazer da cidade de Campinas, por exemplo, ele recebia, em 2006,

duas alcunhas diferentes: esporte semiprofissional e esporte socioeducacional. Essas duas instâncias em paralelo com a ideia levantada anteriormente refletem interesses diferentes, que muitas vezes se mesclam na materialização dos projetos e ações. Isso porque não é possível conceber uma prática fora da outra, na mesma direção que não é possível refletir sob o foco de uma sociedade fragmentada, analisada em blocos. A tensão das forças é constante, atende a uma direção que é preestabelecida por interesses comuns, dentro da individualidade de cada um. A lei da legitimidade, que perpassa os campos apontados por Bourdieu (1998), em direção ao poder, trata de unir essas diferentes instâncias. Por esse caminho, fica evidente que a simbiose entre diferentes instituições dentro de um mesmo projeto pode ocorrer, principalmente tomando como tema central o esporte, fator de comunhão social em todo o mundo.

Partindo para uma análise do modelo de esporte intencionado e praticado no Segundo Tempo, precisamos, antes de tudo, remontar ao histórico recente da construção das políticas públicas de esporte na cidade de Campinas. Para isso, resgato alguns artigos do texto da Lei nº 12.353/05 construído entre 2004 e 2005, época de revisão das políticas esportivas do município. Esta série de artigos foi aprovada pela câmara municipal e sancionada pelo prefeito de Campinas para entrar em vigor a partir de 12 de janeiro de 2006.

Artigo 2º A política municipal de esporte e lazer tem por finalidade, nos termos do Artigo 217 da Constituição Federal, fomentar práticas desportivas formais e não formais como direito de cada um, garantindo o acesso aos programas e projetos esportivos e de lazer, promovendo a qualificação e aperfeiçoamento de recursos humanos, o desenvolvimento das ciências do esporte e o aprimoramento técnico das equipes e atletas do município [...].

Artigo 3º, parágrafo IX – Estímulo ao intercâmbio nacional e internacional visando o aprimoramento técnico e desenvolvimento das ciências do esporte. [...]

parágrafo – XIV – criação de mecanismos que permitam o desenvolvimento do esporte de alto rendimento (CAMPINAS, 2005, p. 39).

Os trechos transcritos anteriormente apresentam o apoio das políticas públicas ao esporte de alto rendimento, citando como meios para este princípio o aprimoramento e o apoio de equipes e atletas do município. Uma primeira análise poderia condenar este argumento por tratar-se de apenas um recorte do projeto de lei original, porém este procedimento é feito justamente para mostrar as complicações que podem coexistir numa política que generaliza e abarca todas as intenções e possibilidades de atuações e projetos.

Em outra parte do mesmo documento, as leis discorrem a respeito da participação e sistematização do apoio à prática esportiva em Campinas:

Artigo 7º – São instrumentos da política municipal de esporte e lazer

- O fundo de investimentos esportivos de Campinas – FIEC, com recursos previstos no Orçamento Geral do Município, destinado a apoiar financeiramente investimentos na execução de programas e projetos de caráter esportivo e de lazer que se enquadrem nas diretrizes e prioridades constantes dessa lei;
- A execução das ações de programas e projetos esportivos descentralizados, atendendo aos interesses das parcelas da sociedade envolvidas nesses programas e projetos. [...]
- A criação de mecanismos que proporcionem a participação democrática da sociedade organizada, desenvolvendo a interface entre o município e a iniciativa privada na criação de incentivos fiscais destinados aos programas e projetos esportivos e lazer (CAMPINAS, 2005, p. 40).

Como sugere Bourdieu (1998), há em cada campo uma rede de poder que funciona de acordo com as posições de cada um e a tomada pelo poder nas ações dentro do campo e entre os campos. Remetendo esta teoria ao objeto da pesquisa, pode-se afirmar que ocorre uma tensão entre dois campos: o campo cultural/esportivo e o da política. Por tratar-se da análise de um projeto da área de esporte socioeducacional, tem-se a impressão de que o conflito de forças no campo do esporte é menos tenso em comparação aos conflitos travados no campo da política. Há certa verdade nesta afirmação, porém fica difícil colocar em escalas de comparação os sentidos e resultados das forças para a conformação dos diferentes campos.

Dentro da realidade observada, tanto do ponto de vista da participação popular quanto do ponto de vista das funções e transformações do esporte nos núcleos do Segundo Tempo, foi possível notar características muito recorrentes nos governos democráticos contemporâneos. Nos dois casos ocorre o que os críticos ao modelo neoliberal chamam de individuação do sujeito. O livre intercâmbio de ideias e a liberdade jurídica dos indivíduos prevista nesse modelo de Estado são peças fundamentais no entendimento da baixa participação popular nas iniciativas públicas.

Destarte, as promessas da funcionalidade democrática da instituição esportiva de reduzir a distância entre classes, multiplicar os contatos entre os indivíduos, prometer mobilidade social e abolir as discriminações sociais (BROHM, 1982), fazem que seja feita uma projeção sobre cada criança e adolescente que aposte na prática esportiva como uma ponte para o famigerado caminho de sucesso na vida.

Remontando novamente à ideia do sistema de filtros de Azevedo (2001), podemos arriscar uma ponte desse conceito também para o esporte. Tomando os devidos cuidados, principalmente com relação aos apontamentos engendrados nas definições dos dois conceitos, pode-se dizer que, também no esporte, há uma parcela muito grande de significado depositada na intenção do gesto e na ação daquele que o pratica e o desenvolve.

Nos núcleos e espaços de gestão observados, foi possível notar que há uma intenção de ação, um significado pessoal de esporte que perpassa as diretrizes e objetivos previstos nas leis e minutas do Segundo Tempo. Desse modo, podemos dizer que os diferentes interesses políticos envolvidos em toda a execução do projeto são também acompanhados de diferentes interesses pelo esporte. Essa constatação conduz-nos a um princípio lógico e presente no sentido desse trabalho o tempo todo, qual seja, o de que não há como dissociar a política das diferentes instâncias e práticas do convívio em sociedade.

À GUIA DE UMA CONCLUSÃO

A esta altura, é possível esboçar algumas relações entre as observações feitas sobre a execução do Segundo Tempo e a função do sistema esportivo e da política pública desse setor. Ao esporte, o Segundo Tempo surge como uma iniciativa que o consagra como instituição, pela dimensão que abarcou no cenário nacional.

Tanto do ponto de vista da participação popular quanto do ponto de vista das funções e transformações do esporte nos núcleos do Segundo Tempo, foi possível notar características muito presentes nos governos democráticos contemporâneos: nos dois casos, ocorre o que os críticos ao modelo neoliberal chamam de individualização do sujeito (BORON, 1999). O livre intercâmbio de ideias e a liberdade jurídica dos indivíduos prevista nesse modelo de Estado são peças fundamentais no entendimento da baixa participação popular das iniciativas públicas.

Atrevemo-nos a considerar, no final deste artigo, a possibilidade de leitura do esporte enquanto política dotada de um sentido transformador, principalmente com menção à intenção participativa de cada sujeito dentro de suas práticas, mesmo quando a realidade tende a nos apresentar o contrário. A pequena liderança comunitária existente no Real Parque, por exemplo, não conseguiu agir no bairro, reflexo da característica individualista da comunidade, indicado pela estagiária que atua no local: “aqui só há ajuda em troca de algum interesse” (entrevistado A).

Em que pesem os pontos negativos da execução do Segundo Tempo em Campinas, de certo modo, os monitores se engajaram no projeto e procuraram criar relação com a comunidade e possibilitar aos usuários abertura para a permanência no projeto. Durante as entrevistas, um dos estagiários relatou que acredita na função educativa do esporte, porém deixou claro que não encara o Segundo Tempo necessariamente como “uma escolinha de modalidades esportivas” (entrevistado B), a partir de sua própria avaliação com relação às impressões do projeto ministerial. A ideia central que cerca as intenções da ação do projeto, segundo ele, “é propiciar às crianças e adolescentes um espaço de convívio social por meio de jogos e brincadeiras” (entrevistado B).

Fugindo de um desfecho pessimista, remontamos de novo à opinião da mesma estagiária: “Não encaro meu trabalho como esporte. O que faço é passar alguns conhecimentos e valores por meio de algumas atividades” (entrevistado A). Talvez fosse preciso montar uma tese acerca da construção de uma “atuação política contraditória” que considerasse a ação pessoal de cada um dentro de um coletivo. Consideramos que a transformação e a conquista democrática só serão possíveis pela materialização cotidiana dos projetos políticos, pela negação da corrupção e da opressão a cada gesto, pela execução de atos que prezem pelo respeito aos direitos e possibilidades de cada sujeito na sociedade.

A contradição entre atuação política pessoal e cidadania – como termo que expressa a participação do sujeito dentro de um Estado organizado – talvez possa não ser explicada pelas teorias do campo das ciências humanas, mas acreditamos que podem ser superadas pela prática cotidiana, pela intervenção pessoal dentro de cada projeto pessoal na trama de redes coletivas na sociedade.

Em tempo, reiteramos a importância de estabelecer diálogos, principalmente pelo intermédio da educação física, entre o esporte e as políticas públicas. Não só avaliando e sugerindo nortes, mas buscando compreender a ação do Estado enquanto veículo de sentidos para o esporte, e braço para sua institucionalização. Assim como na escola e, em larga medida, nos clubes e associações esportivas maiores, é preciso compreender o esporte enquanto conteúdo que perpassa os vários campos de atuação da sociedade, com a finalidade de criar determinadas ideologias aos gestos e influenciar qual deve ser o *habitus* a ser praticado pelos sujeitos. Localizar o Estado nessa tensão de forças é imprescindível, visto que por ele são estabelecidas as ações públicas, que têm início e fim em cada um de nós, enquanto sujeitos inseridos dentro de um sistema político.

SPORT AND PUBLIC POLITICS: THE CASE OF SEGUNDO TEMPO IN CAMPINAS

Abstract: This paper aims to discuss the public policy of sports developed by the Municipal Department of Culture, Sports and Recreation of the city of Campinas, by examining the Segundo Tempo program, a ministerial project for the democratization of sports practice. A document analysis, observations and interviews were used during the investigation. As technical support, the paper presents a discussion on the genesis and function of sports in contemporary society) and dialogues with the contradictions, limitations and advances of the Segundo Tempo project, as a public policy for sports.

Keywords: Sport; public policy; physical education.

REFERÊNCIAS

- AZEVEDO, J. **Educação como política pública**. Campinas: Editora Autores Associados, 2001.
- BORON, A. **Os “novos Leviatãs” e a pólis democrática**: neoliberalismo, decomposição e decadência da democracia na América Latina. In: SADER, E.; GENTILI, P. (Org.). **Pós-neoliberalismo II**. Que Estado para que democracia? Petrópolis: Vozes, 1999, p. 7-67.
- BOURDIEU, P. **A economia das trocas simbólicas**. Tradução Sérgio Miceli. 5. ed. São Paulo: Perspectiva, 1998.
- BRACHT, V. **Sociologia crítica do esporte**: uma introdução. Ijuí: Unijuí, 2003.
- BRASIL. Ministério do Esporte. **Portaria Interministerial nº 32, de 17 de março de 2005**: dispõe sobre o lançamento e as prerrogativas do Programa Segundo Tempo. Brasília, 2005. Disponível em: <http://portal.esporte.gov.br/arquivos/snee/segundotempo/legislacao/portaria_32.pdf>. Acesso em: 2 dez. 2006.
- BROHM, J. M. **Sociología política del deporte**. México: Fondo de Cultura Económica, 1982.
- CAMPINAS. Prefeitura Municipal de Campinas. **Caderno de políticas de esporte da prefeitura de Campinas**. Campinas, 2005.
- ELIAS, N.; DUNNING, E. **A busca da excitação**. Tradução Manuela Almeida e Silva. Lisboa: Difel, 1992.

Contato

Paulo Cezar Nunes Junior
E-mail: paulonunes.unifei@gmail.com

Tramitação

Recebido em 14 de março de 2012
Aceito em 20 de março de 2013